



OPINIÃO

Decisão do STF que cassa direito de greve de policiais é criticada por juristas

Página 2

GOVERNO DO ESTADO

Repasse aos Poderes, de R\$ 1,8 bilhão, é maior que para Saúde e Educação em MS

Página 3



PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CASSEMS É APROVADA POR UNANIMIDADE



Durante a “XVI Assembleia Geral Ordinária (AGO) de Prestação de Contas”, realizada na tarde de sexta-feira, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, parecer da Auditoria Independente apontou que a Cassems apresentou um superávit líquido no valor de 35 milhões, crescimento de 66,67% em relação ao ano anterior. Páginas 4 e 5

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ABSSMS participa de Audiência na Câmara de Campo Grande

Página 8

SINTSS-MS

Reunião confirma promoções para servidores da saúde

Página 3

SEMINÁRIO NA ACP

Não ao Desmonte da Previdência Social e à Retirada de Direitos!

Página 7

SINPOL-MS REPUDIA DECISÃO DO STF

O Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul se manifesta em repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal amplamente divulgada em canais de comunicação, por, na manhã de quarta-feira, 5 de abril de 2017, julgar inconstitucional o direito à greve de servidores públicos de Órgãos de Segurança Pública, decidindo proibir qualquer forma de paralisação pelas carreiras.

O direito à greve ao servidor público é previsto e garantido pela Constituição Federal da República (CF/88) e em seu Art. 67, VII, nossa Carta Magna determina ainda que “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”, excetuando-se na norma apenas o caso dos Militares, conforme Art. 142 do mesmo dispositivo.

Em não havendo “Lei Específica” elaborada pelos sistemas nacionais, regulamentando os limites da permissão para manifestação dos servidores públicos através da greve, o Brasil, como signatário de acordos internacionais com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), torna-se cumpridor compulsório das normativas acordadas, tendo estas o poder de lei. Nesta linha, cabe destacar que em 06 de março de 2013, a então Presidente da República promulgou por meio do Decreto nº 7.944, regras pactuadas com a OIT sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, definidas pela Convenção nº 151 e pela Recomendação nº 159, normativas estas que abordam com clareza temas como Proteção do Direito de Organização, Procedimentos para Fixação das Condições de Trabalho, metodologia para Solução de Conflitos, Direitos Cíveis e Políticos, ratificando ao Servidor Público seu direito a manifestar-se sobre condições inadequadas de trabalho praticadas por seu empregador, qualquer que seja sua esfera.

“Somos o braço armado do Estado, mas jamais faremos insurgências contra o Estado. Se olharmos o histórico de greves que ocorreram no País, nunca houve uma situação em que os policiais utilizaram de suas armas para enfrentamento contra o Estado. Utilizaram, sim, de atos como manifestações, panfletagens, paralisações nas delegacias e mídia, mostrando a situação deficitária da Polícia na tentativa de sensibilizar o Governo para atender as reivindicações da categoria. Criminalizar os policiais porque estão armados, uma vez que nossa profissão é defender a sociedade, é um ato extremamente equivocado. Acreditamos que tolher o direito de greve nesse momento, pode até ser retaliação às mobilizações agendadas contra a PEC-287, da Reforma da Previdência. Mesmo assim, não descansaremos na luta pelos nossos direitos”, declarou Giancarlo Miranda, presidente do Sinpol-MS.



Decisão do STF que cassa direito de greve de carreiras policiais é criticada por juristas

É inconstitucional a greve de agentes da Polícia Federal, Civil, Militar, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Corpo de Bombeiros Militares e demais funcionários que atuam na Segurança Pública. Foi esse o entendimento da maioria do Supremo Tribunal Federal composta pelos ministros Alexandre de Moraes, que puxou a divergência, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

O julgamento que, na prática, equiparou as carreiras policiais às militares no que se refere a restrição de direitos gerou intensas críticas no meio jurídico. No campo do direito trabalhista, violou o direito fundamental de mobilização dos trabalhadores. Para a Juíza do Trabalho e colunista do Justificando Valdete Souto Severo, “na decisão proferida, que tem repercussão geral reconhecida, uma vez mais o direito constitucional de greve é vedado e justamente pelo órgão guardião da Constituição”.

“Os servidores que atuam na área de segurança pública estão com seus salários parcelados ou atrasados, com péssimas condições de trabalho e expostos a extrema violência, concreta e simbólica. A decisão do STF, infelizmente, poderá aguçá-la a sensação de in-



Greve é fato social, assimilado e disciplinado pelo Estado, justamente para impor limites ao seu exercício. Greve é grito de gente desesperada por justiça, é tumulto, é paralisação integral do trabalho. Greve atrapalha, retira da zona de conforto, convoca a pensar na sociedade que temos e naquela em que realmente queremos viver. A conquista de direitos sociais dificilmente beneficia apenas a categoria que luta, pois toda a sociedade avança, quando os trabalhadores melhoram sua condição social”

Valdete Souto Severo

justiça e desrespeito que esses seres humanos certamente já provam” – afirmou Valdete.

Especialistas que acompanham de perto a rotina dos trabalhadores também lamentaram a decisão. Rafael Alcadipani, professor de Estudos Organizacionais da FGV-EAESP e com pesquisa voltada para as carreiras policiais, avaliou que “a decisão mostra que a única preocupação é punir e limitar os direitos de policiais. Não se vê ações de governos e da justiça para melhorar as condições de trabalho e diminuir a grande precariedade do trabalho de policiais no Brasil”.

Na visão de Renato Sérgio Lima, diretor do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a decisão “terá impactos diretos, de início, na reforma da previdência”. Para ele, a proibição do direito de greve equiparou as carreiras policiais às carreiras militares, que contam com plano

especial de aposentadoria. “A decisão pressiona a proposta da previdência a ceder ainda mais do que inicialmente feito, quando retirou os militares federais e estaduais da reforma” – afirmou, ao avaliar o impacto político nas reformas propostas pelo governo atual, que embora tenha atuado por essa decisão, pode ter dado um tiro no pé.

Para a Segurança Pública, a decisão é preocupante e uma ducha de água fria na discussão da desmilitarização das polícias. Na avaliação do Delegado de Polícia no Rio de Janeiro, Doutor em Direito e integrante do Movimento Policiais Antifascismo Orlando Zaccone, “a militarização da segurança pública no Brasil chega no seu ápice. O STF colabora na militarização da segurança pública ao tratar policiais como militares”. A favor do direito de greve votaram os ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Marco Aurélio.

Reunião confirma promoções funcionais para servidores públicos estaduais da saúde

Fotos: Divulgação

II Foi realizada uma reunião na tarde de segunda-feira (3) no Parque dos Poderes, entre representantes do governo estadual e dirigentes do SINTSS/MS, para tratar da progressão funcional das letras do quadro de servidores da saúde estadual que estava paralisada.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Estiveram presentes na reunião representando o sindicato Ricardo Bueno, Presidente do SINTSS/MS e Alexandre Júnior



Representantes do governo estadual e dirigentes do SINTSS/MS durante reunião

Costa, Secretário de Finanças da entidade, junto com o Secretário Adjunto da Secretaria de Administração e Desbu-

rocratização do Estado (SAD), Édio Viegas e assessoria.

Conforme Bueno, “em

nossa avaliação, esta é uma ação positiva, pois estas promoções estavam paradas desde 2016 e o sindicato vinha

cobrando da gestão para que resolvesse esta situação dos servidores. Na reunião, o governo nos garantiu que vão publicar amanhã, terça-feira, estas promoções atrasadas, isso vai contemplar vários servidores de todas as áreas da saúde estadual”.

Ainda segundo Bueno, “promovendo este pessoal que já tinha direito, mas estava sem vagas, isso vai permitir que mais pessoas possam acessar este direito, a partir do momento que forem promovidos estes servidores, consequen-

temente abre a vaga dessas letras que o sujeito está saindo, então o RH já terá condições de fazer o levantamento de novas promoções, que podem ser publicadas após o mês de julho, segundo a legislação”, disse.



Se você tem o aplicativo QR-Code instalado em seu celular pode conferir o Diário Oficial com a publicação do governo estadual, referente às promoções da página 18 até a página 20 no código acima.

Hospital Cassems da Capital completa seis meses de atendimento em abril

II O Hospital Cassems de Campo Grande completa, em abril, seis meses de atendimento. E após meio ano de funcionamento, o hospital já é referência em procedimentos de alta complexidade e oferece o que há de melhor em tecnologia e atendimento. De outubro de 2016 até março deste ano, o hospital já realizou quase duas mil cirurgias de pequeno, médio e grande porte, aproximadamente 60 mil exames laboratoriais, quase 11 mil exames de imagem, cerca de duas mil internações e

mais de 18 mil pacientes foram atendidos pelo Pronto Atendimento Adulto e Infantil.

O hospital já é referência em inovação tecnológica nas áreas da Medicina, ao trazer para Campo Grande estrutura e procedimentos de ponta até então inéditos em Mato Grosso do Sul, como a telemedicina. A cada novo procedimento realizado e a cada estrutura entregue, o hospital assume ainda mais o seu papel de ser referência em assistência hospitalar. O fluxo de atendi-

mento também aponta a vocação do hospital em ser referência em atendimento humanizado e de qualidade e humanizado, à altura dos servidores públicos do Estado.

Além dos procedimentos de rotina, a Unidade Hospitalar da Caixa dos Servidores de Campo Grande realizou cirurgias inéditas e com grandes inovações tecnológicas. Em novembro de 2016, o hospital realizou primeira cirurgia bariátrica por telemedicina do Estado. A telemedicina trata do uso das modernas tec-

nologias de informação e telecomunicações para o fornecimento de informação e atenção médica a pacientes e outros profissionais de saúde localizados à distância. A cirurgia foi uma das atividades da “II Jornada Multidisciplinar de Cirurgia Bariátrica e Metabólica” e foi acompanhada por outros médicos no auditório do hospital.

O diretor de Unidades Hospitalares da Cassems, Flávio Stival, destaca o pioneirismo do hospital em todos os setores e serviços oferecidos.



Cassems busca a excelência no atendimento aos pacientes

“Desde que esta estrutura foi concebida, nós fomos pioneiros no modelo construtivo, nos métodos de atendimento, na humanização do atendimento aos pacientes e, principalmente, na

assistência à saúde. Os procedimentos realizados aqui desde a inauguração apontam que o nosso hospital segue o seu objetivo que é oferecer o melhor atendimento”, afirma.

Prestação de contas da Cassems

II Aconteceu na tarde de sexta-feira (07), no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, a “XVI Assembleia Geral Ordinária (AGO) de Prestação de Contas” da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), referente ao exercício de 2016. O evento é realizado anualmente e é aberto a todos os servidores estaduais que são beneficiários da Caixa dos Servidores. Neste ano, 71 municípios estiveram presentes no evento que aprovou as contas da Caixa dos Servidores por unanimidade.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

No evento foram apresentados o Relatório de Atividades realizadas pela Cassems, no exercício de 2016, a prestação do Conselho de Administração e a apresentação dos pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, também referentes ao exercício 2016.

Desde 2013 a Caixa dos Servidores tem feito alguns ajustes que a levaram a figurar como um dos principais planos de saúde de autogestão do País. Dentre as conquistas que levaram a Caixa dos Servidores a alcançar tal posição estão o aumento de receita, de investimentos, do ativo e do patrimônio líquido e a redução da sinistralidade.



Parecer apontou que a Cassems apresentou superávit líquido no valor de R\$ 35 milhões

A apresentação do parecer da Auditoria Independente, realizado durante a AGO, apontou que a Cassems apresentou um superávit líquido no valor de R\$ 35 milhões, crescimento de 66,67% em relação ao ano anterior. A Caixa dos Servidores encerrou o ano com patrimônio líquido de R\$ 149 milhões. Ainda segundo os dados divulgados, em 2016, a Cassems apresentou um ativo circulante líquido de R\$ 136 milhões, um aumento de 12% em relação a 2015.

Ao ler seu parecer, a contadora responsável pelo balanço contábil da presta-

ção de contas, Vanda Lúcia Weiller de Vasconcelos, destacou a estrutura eficaz da gestão da Caixa dos Servidores.

“A Cassems contempla um eficaz mecanismo de autorregulação da sua gestão econômico-financeira quando enumera que os gastos com despesas administrativas não podem, em cada exercício, superar 10% do total da receita anual. Em outras palavras, esta cláusula define que quanto menores forem os gastos com as despesas de administração da Operadora maiores serão os investimentos com as

melhorias da Rede Credenciada, trazendo benefícios a todos os associados”, avalia a contadora.

Durante a apresentação do seu parecer, o presidente do Conselho Fiscal da Cassems, Lucílio Souza Nobre, afirma que “as referidas demonstrações contábeis expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Caixa dos Servidores e os conselheiros opinam favoravelmente quanto a aprovação dos documentos apresentados durante a Assembleia Geral Ordinária”.

Para o presidente da



É o evento máximo da Cassems, é o momento que coroa o trabalho que realizamos coletivamente. A participação de todos os beneficiários traz para nós imensa alegria e esse envolvimento continua trazendo bons resultados para a Caixa dos Servidores, fazendo uma saúde de melhor qualidade para todos os servidores públicos e seus familiares. A nossa responsabilidade é cada vez maior para que a gente possa continuar avançando rumo a uma saúde digna para todos os servidores públicos do nosso Estado, e isso é um desafio enorme.”

Ricardo Ayache
Presidente da Cassems

Cassems, Ricardo Ayache, além de coroar o trabalho da diretoria, a AGO reafirma o papel dos beneficiários no sucesso da Caixa dos Servidores. “É o evento máximo da Cassems, é o momento que coroa o trabalho que realizamos coletivamente. A participação de todos os beneficiários traz para nós imensa alegria e esse envolvimento continua trazendo bons resultados para a Caixa dos Servidores, fazendo uma saúde de melhor qualidade para todos os servidores públicos e seus familiares. A nossa

responsabilidade é cada vez maior para que a gente possa continuar avançando rumo a uma saúde digna para todos os servidores públicos do nosso Estado, e isso é um desafio enorme. O nosso País passa por grandes problemas na área da política e da economia, mas a Cassems tem se comportado como uma ilha de exceção, graças ao trabalho de uma gestão profissionalizada e, sobretudo, da participação de todos os associados. Esse é o tripé mais importante para o sucesso da nossa Cassems”, finaliza.

... é aprovada por unanimidade

GESTÃO PARTICIPATIVA

A união e a persistência, aliadas à ousadia e a irreverência, fizeram com que os servidores públicos realizassem o sonho de poder cuidar da própria saúde. Mas foram sentimentos como dedicação, transparência e coletividade que transformaram esse sonho em uma das 100 maiores e melhores empresas do Centro-Oeste. Prova disso é a participação em massa dos beneficiários do interior do Estado.

A beneficiária Maria José Muniz veio de Aquidauana para participar da AGO. Para ela, saber o que acontece com plano de saúde é um dever de todo beneficiário. “Acho muito importante participar, para ver o que está acontecendo com o nosso plano e participar das decisões. Sempre que puder eu vou vir participar desse momento importante. Nós de Aquidauana somos muito gratos e satisfeitos com a Cassems”, conta.

De acordo com a beneficiária Mara Rúbio dos Santos, de Coxim, a Assembleia é o momento que os beneficiários têm para saber onde está sendo investido o seu dinheiro. “É fundamental participar da AGO porque a gente fica sabendo onde está sendo investido o nosso dinheiro. A transparência da Cassems é de suma importância, porque a gente fica mais

confiante por saber que o nosso dinheiro está sendo bem empregado na saúde do nosso servidor. É um privilégio participar desse evento”, avalia.

Lucimar Rodrigues veio de Rio Verde para acompanhar a Assembleia. Segundo ele, a saúde da sua família não poderia estar em melhores mãos. “Eu tenho Cassems faz muito tempo e ela para mim é um plano muito bom e eu gosto muito. Todos os meus filhos são agregados e a Caixa dos Servidores sempre me atendeu muito bem toda vez que eu precisei. Esse plano de saúde é muito bom e eu nem imagino como seria se não tivesse a Cassems”, explica.

Mesmo não sendo titular, Marco Antônio Francischini se deslocou de Nova Andradina para acompanhar a AGO por considerar a importância do evento. “Eu sempre venho acompanhando a minha esposa que é a titular. Hoje ela não pode vir e eu vim representá-la. Eu participo porque sempre sou muito bem atendido pela Cassems e creio que a Assembleia é um momento importante para a gente saber como é feita a Cassems”, afirma.

Teresinha Aguiar veio de Corumbá para agradecer a atenção que a Caixa dos Servidores presta a toda sua família. “Eu venho todo



ano e gosto muito de participar porque a Cassems já fez muita coisa boa por mim e pela minha família. Sempre fomos muito bem tratados e eu tenho dever de vir aqui participar”, conta.

Vinda de Terenos, a beneficiária Telma Maria dos Santos também acredita que é obrigação do beneficiário acompanhar de perto o seu plano de saúde. “Nós que somos beneficiários temos a obrigação de participar para se atualizar sobre tudo o que está acontecendo com o nosso plano. Acho o plano de saúde excelente, sou sempre muito bem atendida, porque a Cassems tem uma estrutura muito boa”, analisa.

O professor Sandro Fantini destaca o momento democrático da AGO. “Eu participo porque é importante, é um momento no qual a gente discute e planeja a Cassems, faz uma avalia-

ção do que passou. É um espaço democrático para poder debater e discutir porque a Cassems é nossa e todos nós que somos beneficiários temos que vir participar”, afirma.

A conselheira de Administração da Caixa dos Servidores, Lilian Olívia Fernandes, destaca que esse é o momento para se debater o que foi feito e discutir o futuro. “Esses momentos com os beneficiários são de extrema importância, porque é uma condição que a gente tem no estatuto de uma entidade democrática, onde quem é o dono do pleno pode sugerir ideias. Esse é o momento também de ouvir o que a diretoria e os conselhos têm feito na gestão e também de construir o futuro do plano”, avalia.

Alexandre Barbosa, que também é conselheiro de Administração, salienta a transparência da Cassems ao realizar a AGO. “Esta

Assembleia é muito importante por conta da transparência que a Cassems tem com o seu beneficiário. Isso é prestar conta ao servidor de como está sendo gerido o seu plano e esse é o diferencial da Caixa dos Servidores. Eu sinto muito orgulho de fazer parte do conselho de administração da Cassems”, pontua.

O conselheiro de administração e presidente da Fetems, Roberto Botarelli, afirma que o sucesso da Cassems acontece porque ela é administrada por servidores públicos.

“Mais uma vez, temos a oportunidade de conhecer a saúde financeira da Cassems. Como membro do Conselho de Administração, percebo que quando o servidor público cuida do que é dele, funciona. A Caixa dos Servidores representa 10% da população de Mato Grosso do Sul e, hoje, em nome de todas as entidades sindicais quero

agradecer pela austeridade da administração da Cassems”, explica.

O secretário de Administração do Governo Estadual, Carlos Alberto Assis, afirma que a Cassems é um orgulho para Mato Grosso do Sul. “A Caixa dos Servidores é um orgulho para o Governo e referência para o País. Eu tenho orgulho quando passo em frente ao hospital aqui de Campo Grande e tenho orgulho quando o servidor vem elogiar a Cassems. Tenho certeza de que vamos caminhar muito tempo juntos”, conta.

O vice-presidente da Cassems, Ademir Cerri, destaca o papel do servidor nesse momento democrático. “É um compromisso estatutário que a gente faz com muito prazer, é a ocasião que o servidor tem de chegar até a Cassems para propor mudanças, sugerir ideias para que a gente possa melhorar”, avalia.



O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) vem a público prestar esclarecimento à imprensa e sociedade a respeito das notícias divulgadas na última terça-feira (04) pelos órgãos de imprensa do Estado sobre o Tribunal de Justiça ter encaminhado projeto de reajuste de 11,28% aos servidores, que não vieram acompanhadas do devido detalhamento sobre esse suposto reajuste ser apenas mera incorporação de abonos do ano passado e que refletem unicamente a inflação do ano de 2015.

Ao contrário do que foi publicado pela imprensa, os servidores do Poder Judiciário receberam exato **0% de reposição inflacionária** na data base deste ano de 2017, índice bem distinto do que

foi divulgado, tendo seus salários corrigidos pela inflação desde janeiro de 2016.

O Projeto de Lei encaminhado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) e lido na Assembleia Legislativa (ALMS) no dia 4 de abril refere-se apenas à incorporação referente à inflação apurada no ano de 2015, pago na época em forma de abono salarial ao invés de reajuste linear percentual, o que trouxe muitos prejuízos aos servidores desde aquela época, visto que os abonos foram inferiores ao índice inflacionário mencionado.

Dessa forma, os 11,28% — correspondente ao índice do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do exercício de 2015, conforme previsto no art. 37-A, da Lei Estadual n.º 3.687/2009, em consonância com o art. 37, inciso X, da Constituição Federal — referem-se à incorporação definitiva dos abonos temporários concedidos em 2016 por meio da Lei Estadual n.º 4.835/2016, prorrogados até março/2017 pela Lei Estadual 4.961/2016,

Valor que deveria ser incorporado em janeiro deste ano, no entanto, por questões financeiras o TJMS acabou sendo protelado e aumentando ainda mais a perda salarial dos servidores, ao ser encaminhada e aprovada Lei Estadual n.º 4.961/2016 que prorrogou o abono para 31/03/2017.

A realidade é que neste mês de março, todos os servidores amargaram perda salarial pela não incorporação dos abonos (inferiores à inflação do período), e por meio do projeto de Lei, se aprovado, perceberão apenas a diminuição de um prejuízo, que infelizmente está bem distante de se tornar um aumento.

Por outro lado, a pretensa mudança em relação à assistência médico-social dos aposentados não resulta em aumento, mas também mera incorporação de um antigo abono temporário de 101 reais, sem qualquer reajuste para este ano.

Sendo assim, a **VERDADE**, é que os servidores não obtiveram o reajuste previsto em Lei na data-base deste ano, sendo o índice de 11,28% apenas a incorporação de reajuste de ano anterior, referente unicamente à inflação do ano de 2015.

Solicita-se que os órgãos de imprensa que primam pela imparcialidade e qualidade de informação busquem a posição do SINDIJUS-MS sobre assuntos ligados aos servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Estaremos sempre à disposição.

05 de abril de 2017

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

Não ao Desmonte da Previdência e à Retirada de Direitos!

Seminário realizado em parceria ACP - Sinasempu amplia debate sobre os graves impactos das reformas do governo Temer na vida do trabalhador brasileiro

II Discutindo os graves impactos na vida dos trabalhadores brasileiros, aconteceu na terça-feira (04), na sede da ACP, o seminário Reforma da Previdência – Não ao desmonte da Previdência e à retirada de Direitos! A atividade é uma realização do Sinasempu (Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público) em parceria com a ACP.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A abertura do evento contou com a participação de representantes



O seminário fez parte da agenda de mobilizações da ACP contra a retirada de direitos dos trabalhadores

de diversas entidades sindicais e de defesa dos direitos sociais, sendo eles: Lucílio Nobre (ACP); Paula da Cunha Malta (Sinasempu); Roberto Botarelli César (Fetems); Vitor Wagner (Andes – Sindicato Nacional); Lusaniildo (ASPRT).

Pela manhã, o painel “PEC 287: A Minimização da Previdência Pública” trouxe as palestrantes Isabel Pereira, da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil), Andreia Ferreira (Supervisora Técnica do DIEESE)

e Fábio Estillac (Escritório Estillac Rocha Advogados – Sinasempu).

“Foi um momento muito importante para mais uma vez entendermos quão graves são essas reformas da Previdência, Trabalhista e a ampliação

da terceirização. Não é possível que os trabalhadores de todas as categorias não estejam mobilizados contra a retirada de direitos fundamentais para a nossa sobrevivência digna”, ressaltou o presidente da ACP, Lucílio Souza Nobre.

Ao longo da tarde, os palestrantes conduziram debates com os participantes, tirando dúvidas e assinalando os pontos mais graves desse avanço sobre os direitos dos trabalhadores.

“O momento é muito grave. Já passou a terceirização, agora estão empurrando de uma só vez as reformas da Previdência e Trabalhistas. Com esse conjunto de absurdos, o próximo passo significa regulamentar a escravidão”, alertou o advogado Fabio Estillac.

O seminário fez parte da agenda de mobilizações da ACP contra a retirada de direitos.

Repasse aos Poderes, de R\$ 1,8 bilhão, é maior que para Saúde e Educação em MS

II O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul registra uma previsão de arrecadação bem maior para os Poderes (Legislativo e Judiciário) do que para a Saúde e Educação em 2017. Somados, eles devem abocanhar R\$ 1.893.522.800,00. Os dados estão de acordo com a própria Lei orçamentária estadual.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A Assembleia Legislativa deve receber R\$ 267.071.100. O Tri-



Governador Reinaldo Azambuja

bunal de Contas, R\$ 202.605.600, mais o Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento, de R\$ 1.310.000.

Maior detentor da fatia, o Tribunal de Justiça receberá R\$ 672.282.500, mais o Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, de R\$ 176.000.000.

O Ministério Público receberá, no mínimo, R\$ 359.164.600, mais o Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, de R\$ 31.800.000.

A Defensoria Pública

do Estado fica com R\$ 165.768.200 e o Fundo Especial para o Aperfeiçoamento e o Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública, R\$ 17.520.800. Os valores são apenas previsões, já que a arrecadação deve ficar maior que o esperado. Ou seja, os Poderes devem receber ainda mais que o previsto.

O valor é maior que o Fundo Especial de Saúde de MS, cuja previsão é de R\$ 1.048.027.200. A Secretaria de Estado de Educação receberá R\$ 1.469.654.500.

Também é maior que o valor empenhado na segurança pública, de R\$ 1.562.924.600. E oito vezes maior que o valor repassado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, de R\$ 211.170.000.

Devido a baixa arrecadação, a previsão orçamentária está 0,46% maior que o orçamento em execução, passando dos R\$ 13.926.525.000 de 2016 para R\$ 13.991.974.000 em 2017.

A LDO foi aprovada pelos

deputados estaduais em julho de 2016, com três emendas. As emendas acatadas estabelecem: ações em desenvolvimento tecnológico e implantação de energias renováveis; o Plano Estadual de Desenvolvimento, a partir da adoção de políticas tributárias diferenciadas por regiões econômicas, com a concessão de benefícios fiscais que estimulem a abertura de novos polos regionais de economia; e a manutenção de creches e instituições de longa permanência para idosos e hospitais.

Reforma da Previdência: ABSSMS participa de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Campo Grande

Fotos: Divulgação

II No dia 3 de abril, a ABSSMS participou de uma audiência pública, na Câmara de Vereadores de Campo Grande-MS, que debateu o tema: “Reforma da Previdência”, PEC-287/16, proposta de emenda à Constituição que tramita no Congresso Nacional.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O evento foi organizado pelos Vereadores Odilon de Oliveira e André Salineiro, e teve participação da sociedade civil organizada, do Deputado AMARILDO CRUZ representando a Assembleia Legislativa de MS, do Diretor do IMPCG Lauro Davi, da Procuradora Jurídica da Ageprev Renata Rauli, outros vereadores, além de diversos Presidentes de Sindicatos e Associações.

Em sua fala o Presidente

da ABSSMS, Thiago Monaco Marques, parabenizou a Câmara Municipal de Campo Grande na pessoa do Vereador Odilon de Oliveira, proponente da audiência e do Vereador André Salineiro. Disse que desde o ano passado a ABSSMS tem participando de debates em Brasília, e esta fazendo uma peregrinação pelo interior do Estado, promovendo diversas palestras com os Policiais e Bombeiros Militares além de esclarecer à sociedade em geral os pontos negativos da PEC-287. Falou ainda que a Entidade já participou de 04 (quatro) Audiências Públicas, sendo 02 (duas) na ALMS, 01 (uma) na OAB/MS, além desta agora oportunizada, na Câmara de Vereadores.

Disse ainda que muitos vereadores e prefeitos, não acordaram para os problemas que enfrentam, caso a PEC 287, seja



a ABSSMS participou de uma audiência pública, na Câmara de Vereadores da Capital

aprovada. Exemplificou que nos municípios que têm menos de 50 mil habitantes: AS RECEITAS DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS SUPERAM OS REPASSES DO FPM (FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS). E continuou, descrevendo a situação dos trabalhadores rurais, principalmente da agricultura familiar, “QUE NO ATUAL TEXTO NÃO TERÃO INCENTIVO PARA PERMANECER NO CAMPO. O QUE CERTAMENTE TRARÁ COMO CONSEQUÊNCIA O ÊXODO

RURAL, QUE EM LONGO PRAZO, CONFIGURARÁ EM MAIS PROBLEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA”.

Em continuação ao seu discurso disse ainda que através das mobilizações das ruas, há algumas semanas o Presidente da República, Michel Temer, sorrateiramente anunciou que os servidores públicos estaduais e municipais estariam fora do texto da referida PEC, transferindo para os Estados a responsabilidade por suas reformas, alegando que desde que

assumiu preza por respeitar a Constituição e por isso respeitaria a autonomia dos Estados. Porém acelerou a tramitação do PLP 343, que trata da renegociação das dívidas dos Estados, sendo que este outro projeto impõe condições aos Estados, onde estes devem, para renegociarem as suas dívidas, privatizar empresas públicas (aqui por exemplo a Sanesul, que é superavitária), além do compromisso de aumentarem a alíquota de Previdência de 11% para 14%, congelarem o

reajuste dos salários do funcionalismo. Contradizendo seu discurso, o Presidente anunciou ainda que os Estados teriam seis meses para reformar suas previdências, senão vão vigorar as regras federais.

“Nós Militares Estaduais, merecemos um tratamento diferenciado por parte do Estado brasileiro, pois abdicamos de diversos direitos em favor do Estado. Dos 34 (trinta e quatro) direitos sociais previstos na Constituição Federal, temos apenas 6 (seis). Não temos direito de greve, sindicalização, filiação partidária, não temos carga horária definida, não temos horas extras, etc. A mobilização deve ser constante, chegou a hora de cada um de nós cobrarmos dos nossos representantes políticos, ter a postura em favor do povo brasileiro”. Finalizou Ten PM Monaco.

Segurança para os associados: Nova Portaria da ABSSMS é inaugurada

II No dia 24 de março a nova entrada social da ABSSMS, foi inaugurada. Esta portaria tem por objetivo oferecer maior segurança aos associados, identificando e controlando o acesso aos frequentadores do parque aquático, salão de festas, campo de futebol, quiosques, academia, área administrativa e jurídica da entidade, ou

seja, toda parte interna do clube.

A edificação tem um visual moderno, equipada com um sistema eletrônico de controle de entrada e saída de pessoas, bem como monitoramento por câmeras, contando ainda com sala de exame médico.

A Portaria leva o nome

do Policial Militar “2º SGT PM JOSE VELOSO DE ARAUJO”, em deferência ao associado que faleceu no ano passado.

“SGT Veloso foi um exemplo para todos nós, pois sempre participou ativamente de todas as lutas em prol da categoria, e faz parte da história da ABSSMS.”- declarou ST PM RR Luiz Gonzaga

Pereira da Silva, Presidente do Conselho Fiscal da entidade.

“Segurança, controle e acessibilidade para todos os frequentadores do clube, essa é a prioridade da Diretoria”, frisou o Aluno a Oficial PM Vanderlei Roberto Lorensetti, Vice-Presidente da entidade.

“Para nós da Diretoria,



Durante o evento a família do Militar foi homenageada

é um orgulho inaugurar esta portaria, que faz parte de um calendário de obras que visam propiciar aos associados

uma ABSSMS cada vez mais moderna”, finalizou o Presidente da entidade, Ten PM Thiago Monaco Marques.